



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**AILTON GOMES**

**GUINÉ-BISSAU: CRISES POLÍTICAS NO PARTIDO AFRICANO PARA A  
INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO-VERDE (PAIGC) NO PERÍODO PÓS-  
INDEPENDÊNCIA (1994-2000)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**AILTON GOMES**

**GUINÉ-BISSAU: CRISES POLÍTICAS NO PARTIDO AFRICANO PARA A  
INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO-VERDE (PAIGC) NO PERÍODO PÓS-  
INDEPENDÊNCIA (1994-2000)**

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) na modalidade de projeto de pesquisa, apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 PERGUNTA DE PARTIDA:.....	6
1.2 OBJETIVO GERAL.....	6
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
1.4 JUSTIFICATIVA.....	6
2. BREVE COTEXTUALIZAÇÃO GEORÁFICA, HISTÓRICA E POLÍTICA ADMINISTRATIVA DA GUINÉ-BISSAU.....	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
3. O SURGIMENTO DO NACIONALISMO GUINEENSE E FUNDAÇÃO DO PAIGC.....	11
4. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA.....	16
5. ESTRUTURA, DINÂMICA E O FUNCIONAMENTO DO PAIGC.....	19
6. AS CRISES POLÍTICAS DO PAIGC.....	25
7. CAUSAS DAS CRISES POLÍTICAS DA DIMENSÃO INTERNA ORGANIZACIONAL NO PAIGC (1994-2016).....	29
8. METODOLOGIA:.....	35
9. HIPÓTESES.....	36
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as sucessivas crises políticas no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Com ele pretendemos compreender os fatores que contribuem para essas crises. O PAIGC é o maior partido político do país, fundado em Bissau no dia 19 de setembro de (1956) por Amílcar Cabral, com objetivos de lutar para a independência da Guiné e Cabo-verde, expulsar os colonizadores e de pôr fim a exploração dos povos guineense e caboverdiano.

As crises políticas têm sido o maior desafio do PAIGC. Desde a criação, que o partido vem vivenciando conturbações internas. Para entender as crises políticas do PAIGC, serão abordadas nesta pesquisa as concepções sobre a organização partidária do mesmo, contextualizando historicamente o seu surgimento. Por outro lado, procuraremos entender a relação estabelecida entre o PAIGC e a sociedade guineense.

Entende-se que as crises políticas do PAIGC têm suas raízes nos conflitos entre os diferentes grupos de interesses, criando clivagens sociais, fato que origina contradições entre as alas políticas e lutas internas. Assim sendo, compreendemos que a ambição de poder é o algo que fala mais alto na política do (PAIGC), que conduz aos conflitos, deixando de lado as massas populares.

Quando se fala das crises políticas do PAIGC, dois fatores se fazem presentes: primeiro o colonialismo, foi um obstáculo para os guineenses ingressarem no aparelho administrativo do Estado, assim como a inserção dos mesmos no sistema educativo e na ocupação de altos cargos ao nível do país, como também no interior do partido e; o segundo fator tem a ver com os privilégios que outros tinham, neste caso os caboverdianos acima dos guineenses. Sendo assim, observa-se que os dirigentes do PAIGC continuaram com essa política de favorecer um lado e deixando o outro de lado (SEMEDO, 2009). Dá-se a entender que o pensamento do homem do PAIGC desde os tempos iniciais é marcado pela desigualdade e é reforçada pela perpetuação do poder.

O PAIGC combateu a colonização portuguesa por via da luta armada e conduziu a Guiné-Bissau à independência em 1973, tendo optado pelo regime de cariz socialista de partido único como sistema de governo no período pós-independência, que vigorou por cerca de uma década em meia até à década de 1990. Fatores internos e externos influenciaram mudanças político-econômicas significativas na Guiné-Bissau a partir da década de 1980.

Por um lado, o golpe de estado de 1980 na Guiné-Bissau conduzido pelo general Nino Vieira que derruba o presidente Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, afastando a ala

cabo-verdiana no PAIGC e instalando a ala militar guineense no poder no partido e no país. A crise do modelo socialista que dá seus primeiros sinais com a redução da cooperação internacional com os países africanos, o apoio econômico insuficiente diante das necessidades da população guineense, a crise econômica gerada pela escassez de insumos para a agricultura e indústria guineense, bastante dependentes do maquinário e peças fornecidas pelo Bloco Socialista Soviético e a derrocada da URSS com a queda do muro de Berlim em 1989, deixaram a Guiné-Bissau órfã de seus principais parceiros de cooperação.

Por outro lado, o fim da Guerra-Fria e da disputa bipolar entre o mundo socialista e capitalista, as pressões da sociedade civil guineense por mais direitos, liberdade individual e política, bem como as pressões dos doadores externos e das Instituições de Bretton Woods para a adoção de políticas de ajustamento estrutural, abertura ao capitalismo de mercado e adesão ao sistema multipartidário em troca de ajuda econômico-financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), aceleraram mudanças políticas na Guiné-Bissau e na sociedade guineense.

Após as mudanças políticas acontecidas na década de 1990 com o abandono do sistema socialista de partido único e a transição para o sistema multipartidário e capitalista liberal, o PAIGC vai perdendo a sua identidade “socialista”, se afastando e distanciando das massas, perdendo o seu caráter popular. Processos semelhantes ocorreram com os movimentos nacionalistas e independentistas em países africanos colonizados por Portugal como o Movimento Popular para a Independência de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), cuja trajetória histórica é semelhante com a do PAIGC.

Com as mudanças e transições políticas, parte dos partidos nacionalistas libertadores africanos entra em crise de valores e de identidade, até então eram partidários do sistema socialista e da ideologia marxista-leninista. As agendas desses partidos não são mais definidas pelas bases populares, mas sim impostas por organizações econômicas internacionais ocidentais e países capitalistas doadores de ajuda externa.

Semedo (2010) salienta ainda que o PAIGC é um dos entre os movimentos da libertação da colônia portuguesa que mais apresentam os conflitos políticos no seu interior, fato que culminou no assassinato de fundador da nação guineense e caboverdiano Amílcar Cabral o seu principal líder, por comandante de Marinha de Guerra Inocência Cani. Após a mudança da Constituição na década de 1990 e a transição política do sistema monopartidário para multipartidário, o PAIGC vem enfrentando sucessivas crises políticas. Assim, escolhemos o período de análise de 1994 a 2000 como recorte temporal desta pesquisa.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda o surgimento do nacionalismo guineense e a fundação do PAIGC, buscando entender os eventos que marcaram o surgimento do nacionalismo guineense e a criação do PAIGC. Já o segundo capítulo faz uma abordagem teórica sobre a organização partidária, trazendo distintas perspectivas a respeito das organizações partidárias. O terceiro capítulo analisa a estrutura dinâmica e o funcionamento do PAIGC, no qual procura-se compreender como são estruturados os órgãos do partido. O quarto aborda as crises políticas do PAIGC entre os anos 1994 e 2000.

### **1.1 PERGUNTA DE PARTIDA:**

- Quais os fatores da dimensão interna organizacional que contribuem para crises políticas no PAIGC no período pós-independência?

### **1.2 OBJETIVO GERAL**

- Analisar os elementos da dimensão interna organizacional que contribuem para crises políticas no PAIGC no pós-independência;

### **1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar o surgimento do nacionalismo guineense e a fundação do PAIGC;
- Compreender a estrutura, dinâmica e funcionamento do PAIGC;
- Avaliar as relações estabelecidas entre dimensão interna organizacional do PAIGC e os seus membros.

### **1.4 JUSTIFICATIVA**

Ao longo dos anos, têm-se sido assistido problemas no interior do PAIGC, no qual acabam por afetar a administração, ou seja, gestão do próprio partido, assim como o próprio país. O PAIGC é um Partido nacionalista que lutou contra a colonização portuguesa. Ao mesmo tempo, o Partido enfrentou conflitos internos desde a sua fundação e depois no período pós-guerra anticolonial. Foram essas razões pelas quais escolhi estudar essa temática, por causa das sucessivas crises políticas da dimensão interna organizacional que o Partido vem enfrentando desde a sua fundação. Não foi escolhido estudar essa temática por acaso, as

sucessivas crises que têm acontecido no partido é a causa que suscitou interesse em desenvolver essa pesquisa.

Nossa indagação iniciou depois de uma crise que se estourou no seio da política do partido acima referido, crise no qual o Chefe do Governo da Guiné-Bissau, que era o Presidente do PAIGC foi demitido pelo Presidente da República, também membro do Partido. Além disso, foram suspensos por comissão da ética do partido 15 dos seus deputados que de uma certa forma votaram contra o programa da governabilidade apresentado por partido na assembleia nacional popular aos deputados, fato que aumentou ainda mais a crise no partido no ano 2016. Essa foi apenas uma das diversas e diferentes crises políticas dentro do PAIGC. Posto isto, o nosso objetivo, é de procurar entender as razões que conduzem às diversas crises políticas da dimensão interna organizacional do PAIGC no período pós independência entre anos (1994-2016) que de uma certa forma acaba por atingir todo o Partido.

Foi esse cenário de crise político-partidária e institucional que despertou o nosso interesse em desenvolver pesquisa referente ao tema, abrindo possibilidades para as gerações vindouras que estarão interessadas em pesquisar sobre o mesmo assunto possam conhecer, ou se beneficiar mais do assunto, assim como a divulgação da ciência em particular.

Sendo assim, esperamos que o estudo seja relevante para campo político, pois o mesmo pode servir de referência para analisar a dinâmica dos outros partidos que estarão, ou que podem estar na mesma situação com o PAIGC, sobretudo os partidos independentistas dos PALOP.

Mesmo diante da atual situação que o mundo está enfrentando, quer dizer situação da nova pandemia Covid-19, acreditamos que, a nossa pesquisa é viável, pois o procedimento do trabalho foi feito por meios da revisão bibliográfica, e entrevistas que nos permitiu ouvir as vozes como os professores universitários, ativistas políticas, analistas políticas e os dirigentes do PAIGC.

Por outro lado, percebemos que este trabalho é uma proposta inovadora, pois ao compreender a conjuntura política do PAIGC, é possível reapplicar o mesmo nos outros países africanos da língua portuguesa para entender a dinâmica dos cenários políticas dos mesmos, como por exemplo: MPLA em Angola, FRELIMO em Moçambique e MLSTP em São Tomé e Príncipe. O trabalho teria uma contribuição teórica, no sentido de ajudar a compreender as clivagens dentro dos partidos em África.

A nossa ideia era de realizar esta pesquisa em Bissau, mas por conta da situação causada pela pandemia do Covid-19, realizaremos a pesquisa aqui no Brasil por meio das entrevistas semiestruturadas.

## **2. BREVE COTEXTUALIZAÇÃO GEORÁFICA, HISTÓRICA E POLÍTICA ADMINISTRATIVA DA GUINÉ-BISSAU**

A República da Guiné-Bissau é um país soberano que fica situada na costa Ocidental da África, faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao Leste e sul com a República da Guiné-Conakry e a oeste com Oceano Atlântico e possui cerca de 80 ilhas e ilhéus. Importa salientar que o país se tornou independente no dia 24 de setembro de 1973, independência essa que era apenas reconhecida unilateralmente pela colônia portuguesa no ano seguinte. De acordo com alguns historiadores:

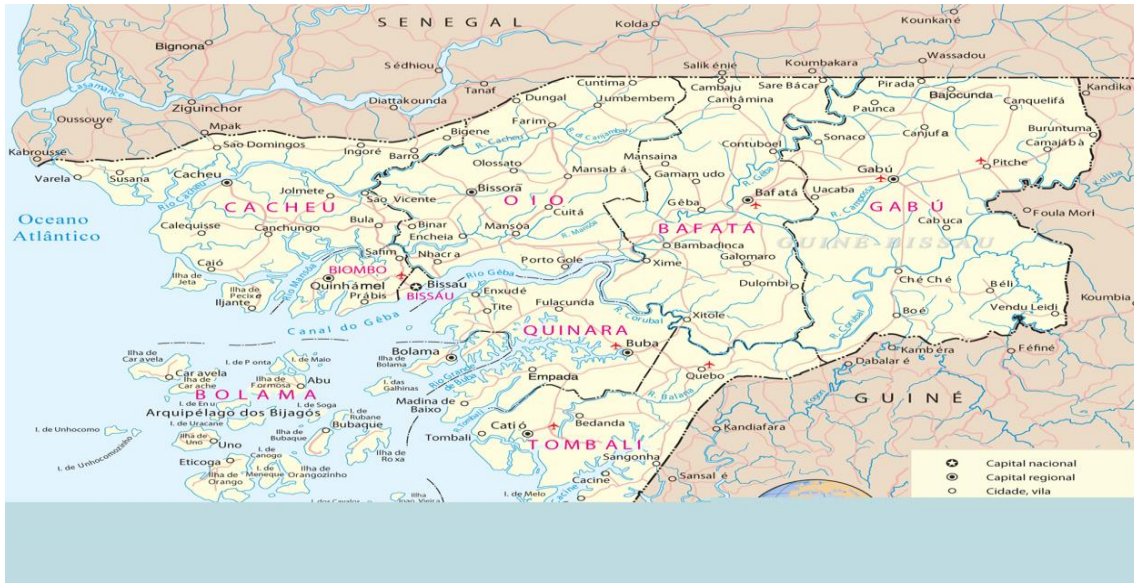
[...] no século IV a.C. funda-se o império do Gana que perdura até ao séc. XI, quando os Almorávidas tomam Kumbi-Saleh, a capital do Gana. É então que os povos Naulus e Ladurnas chegam à Guiné-Bissau, onde dominavam os povos Mandingas, pertencentes ao Reino de Gabú, instalados entre a região nordeste da Guiné-Bissau e a região de Casamansa. O Reino de Gabú era por sua vez vassalo do Império do Mali (1230 a 1546), Estado rico e sumptuoso que se estendeu entre a Região do Rio Senegal e do Alto Níger (BENZINHO; ROSA, 2021, p. 11).

Sendo assim, o império do Mali e o de Gabu podem ser considerados como pedras fundamentais na construção do rico, complexo e milenar sistema cultural e política da República da Guiné-Bissau. O país tem uma superfície de 36.125km<sup>2</sup> e possui uma população aproximadamente de 2.000.000 de habitantes. A sua capital atualmente é Bissau e tem o franco CFA (comunidade Financeira Africana) como moeda única. No que diz respeito a língua, importa frisar que após a independência o país passou a adotar o Português como a língua oficial, embora que a língua crioula seja a mais falada, além das outras línguas étnicas. O país possui duas estações no ano que são: seca e chuvosa. Um começa 15 de maio e termina em 15 de novembro e o outro de 15 de novembro a 15 de maio (GOMES e CABI, 2021).

No que tange a política administrativa, Guiné-Bissau está dividida em oito (8) regiões e um setor autónomo, que são: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Quinara, Tombali e setor autónomo de Bissau. Além disso, o país também está estrutura por setores e secções. De salientar que estes setores e secções que compõe as regiões acima mencionadas, e o tipo de sistema administrativo é à República semi-presidencialismo.



**Figura 1- O mapa geográfico da Guiné-Bissau, território no qual será abordado o tema em questão.**



Fonte: África-turismo.com

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na elaboração deste trabalho, a primeira etapa foi a revisão bibliográfica, a partir da qual consultamos autores e obras que abordam a temática em estudo. O objetivo deste trabalho é analisar as crises políticas do PAIGC no período pós-independência (1994-2000), os fatores que contribuem para tais crises. Mas para tal, precisamos fazer uma revisão bibliográfica, contextualizando a história de como surgiu o nacionalismo guineense e o próprio PAIGC.

De acordo com Monteiro (2013), na sua análise sobre a luta armada na Guiné-Bissau e a construção do estado Nacional observa que, a ideia principal do nascimento das novas nações africanas em alguns países tem a ver com a invasão dos europeus no continente caso da Guiné-Bissau. Ela argumenta que a fonte da inspiração destas nações que foram criadas na luta da libertação nacional é no padrão ocidental de sentido da palavra nação. Ainda autora simbolizou que o nacionalismo guineense tem como objetivo a “unidade nacional”, que era uma grande preocupação nos meados de 1950 na África.

Autores como Semedo (2009) e Gomes (2010), afirmam que foi na base da ideia de responder à invasão e exploração do povo guineense e cabo-verdiano que surgiu a fundação do PAIGC. Fundado clandestinamente nos arredores de Bissau, em setembro de 1956, cujo

papel primordial na conquista da independência e na construção de Estado nação, ou seja, sociedade guineense e cabo-verdiano.

Segundo Semedo (2009), na sua análise sobre a questão da “face do monopartidarismo na Guiné-Bissau”, argumenta que a questão da expansão europeia para o continente africano suscitou o nascimento de vários movimentos revolucionários anticolonialistas com propósitos de lutar para a independência dos seus povos. O argumento principal do autor é de que as contradições são combustíveis para uma luta violenta pelo poder, o que contribuirá bastante para as dificuldades para o PAIGC realizar o seu programa maior.

Na sua análise da disputa de poder entre os guineenses e Cabo-verdianos no pós-independência Jauara (2005), define que a dificuldade da organização e posteriormente a falta de atenção a esta dificuldade se tornou de uma certa forma, fatores de grande complexidade na formação da nação e também responsável pela instabilidade política do país. Ele argumenta que a luta pela hegemonia suscitou a disputa entre os guineenses e caboverdianos, e não só também entre os interesses étnicos na nova era de multipartidarismo, fato que contribui para a instabilidade política no país.

Já Teixeira (2008), quando analisava a “sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2006”, o seu argumento principal é de que a maior parte da experiência da democracia guineense ainda não é conhecida, pois, a sociedade civil viveu o tempo todo na experiência colonial e autoritária do PAIGC para além das lutas étnicas bem como regionais. O mesmo argumenta que a sociedade civil deve olhar os grupos étnicos como algo que faz parte do movimento e não como algo exterior ao mesmo, além disso, a sociedade civil tem que entender que os conflitos são algo que não leva lugar nenhum, senão embaraço do próprio povo guineense, o que permitirá às forças políticas a ter mais espaço de continuar lutar “pela hegemonia”.

Na sua observação há cerca de 30 anos de Independência da Guiné-Bissau Amado (2005), argumentou que as crises encontradas no país durante aquele período não só crise política, mas também há crise econômica, se deve a crise da liderança, de lembrar que nos anos acima referidos o controle do país estava sob administração do PAIGC. Ele ainda salienta que a incompetência dos mesmos impossibilitou a implementação de vários valores que poderiam permitir um bom funcionamento de direitos, valores democráticos e dentre outros. Com base nessa pequena revisão bibliográfica nos irá permitir de uma certa forma a compreender o capítulo abaixo, a abordagem de como desenvolveu o processo de surgimento do nacionalismo guineense e posteriormente a criação do PAIGC.

### 3. O SURGIMENTO DO NACIONALISMO GUINEENSE E FUNDAÇÃO DO PAIGC.

Este capítulo aborda o surgimento do nacionalismo guineense e a fundação do PAIGC. Dá-se a entender que, as reivindicações de uma classe determinam e “aspira a realização de um conjunto de ideologia”, foi neste sentido que surgiu o movimento revolucionário para a libertação da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). De acordo com Semedo (2009), após da sua criação como movimento revolucionário “dezesseis anos” depois tornou-se num partido político “com a criação de ANP em 1972”, marcou o fim de um longo mandato do partido acima referido neste contexto, entre “120 deputados” eleitos “80 fora eleito entre massas populares 40 entre quadros políticos e militares do partido”. (SEMEDO, 2009, p.24).

Um dos objetivos da criação de PAIGC foi de minimizar, ou seja, acabar com as contradições que havia entre povos daquela região de planeta, e de pôr fim a um longo período da exploração colonial portuguesa e as angústias, humilhações e dentre outros sobre o povo acima citados (SILVA, 2006). Segundo estudos, essas contradições que os portugueses aproveitavam para explorar e provocar ainda mais conflitos entre estes povos, acima de tudo funcionamento de justiça e entre outros valores e a união entre os povos destes dois países (CABRAL, 1974).

Acerca de fundação do PAIGC Gomes (2010) afirma que, o partido é criado para responder algumas situações que era necessário para os guineenses e os cabo-verdianos como foi acima apontado: “situação sócio-política e económica”, foi em Bissau que a ideia de nascimento do partido acima referido surgiu por volta de (1956) pelos guineenses e cabo-verdianos “considerados assimilados” por sua vez sentia lesados com a situação do “sistema colonial” e entendiam que há necessidade de “[...] lutar contra a situação de subdesenvolvimento que existia na Guiné Portuguesa”, (*idem*, 2010, p. 35). Foi estes fatores e entre outros que culminou na criação do PAIGC no dia 19 de setembro de 1956.

Lê-se no mesmo documento que a ideia da criação do movimento revolucionário para libertação e que mais tarde passou a ser um partido político, surgiu através de camarada Amílcar Cabral, as testemunhas foram dadas por alguns dos seus companheiros neste caso o Aristides Pereira que afirma seguinte:

O P.A.I.G.C. fosse apenas um movimento de libertação por não existir a rigidez de princípios, a ideia era a de transformá-lo num verdadeiro Partido político. A ideia da criação do P.A.I.G.C. traduzia as aspirações das massas populares, na perspectiva de uma nova era, de uma era em que

prevalecessem valores como a justiça e o direito de dispor do próprio destino. Transformar essas aspirações em realidade, através da consciencialização das massas sociais face ao sistema colonial português, implicaria antes de mais, resolver as contradições internas, e sucessivamente uni-las contra o domínio estrangeiro, tarefa que sem dúvida seria a mais difícil. A perspicácia política e a capacidade de visão do futuro de Amílcar Cabral favoreceram a aplicação do princípio da unidade Guiné e Cabo Verde, que constituiu desde o primeiro momento da vida do Partido, o seu pilar mestre (grifos do autor, GOMES, 2010, p.36).

Na ótica de Duverger (1980), o nascimento dos Partidos políticos segue uma classificação e este tem duas origens “parlamentar e comitês eleitoras”. Sendo assim, o PAIGC está inserido no “comitê parlamentar”, porém, surgiu num momento em que não existe parlamento era na época colonial onde não havia legítima de “organizações políticas contrárias”, pois, as forças armadas eram “única estrutura burocrática portuguesa” (SEMEDO, 2009).

Entretanto, foram fatos acima referidos que auxiliaram na formação do movimento. Nos anos iniciais de atividade, Gomes (2010), afirma que o PAIGC procurou mobilizar as camadas urbanas a participar na luta política e essa ideia funcionou, pois, pouco tempo depois, maiorias dos cidadãos de Bissau aderiram ao movimento como membros ativos. Neste contexto, ela afirma que “O mais importante aspecto da luta armada na Guiné-Bissau foi, sem dúvida, o da mobilização das massas populares, sem as quais teria sido impensável concebê-la” (*idem*, 2010 P.37).

A mesma ainda salienta que Amílcar Cabral para melhor realizar essa mobilização observou que é necessário conhecer primeiro a “estrutura social guineense”, para tal realizou em “1954” um “recenciamento agrícola na Guiné-Bissau” fato que lhe permitiu conhecer melhor as “características sociais do país.” Posto isto, Cabral e os seus companheiros concentraram os esforços para a mobilização das populações, foram inicialmente concentrados sobretudo ao nível dos centros urbanos, onde estava grande parte dos fundadores do Partido ``. (*ibidem*, 2010, P.39).

Pela força de razão maior PAIGC foi obrigado a fazer as suas mobilizações, ou seja, atividades de uma maneira escondida, pois, o sistema administrativo estava sob controle dos portugueses (SEMEDO, 2000). Nesta busca de caminho para um sistema anticolonial houve “uma certa adesão” da camada trabalhadora do centro “urbano” nomeadamente “artíficos e marinheiros” que estavam sob exploração dos portugueses (GOMES, 2010).

Nesta encruzilhada, conforme Gomes houve “o crescimento de apoio deste conduziu à conclusão, que mais tarde se demonstraria ser errada, de que a base social da luta residia no

conjunto dessas massas laboriosas das cidades”. (idem, 2010, P.39). Ainda Gomes salienta que

O “massacre” do Pidjiguiti de 3 de agosto de 1959, manifestação que se traduziu na primeira grande derrota de carácter político para o P.A.I.G.C. clandestino em que as forças policiais portuguesas responderam com violência a uma manifestação dos trabalhadores do cais do Pidjiguiti contra as condições de trabalho, levou a uma mudança radical da estratégia de luta (GOMES, 2010, P. 40).

Após desta derrota conforme afirmado por autora, Amílcar Cabral regressou para a Guiné-Bissau e no dia “19 de setembro” do ano acima referido, em uma reunião os membros do PAIGC decidiram mudar os seus planos, uma vez que a primeira falhou e culminou em uma grande derrota sobre o movimento, desta vez os revolucionários decidiram mobilizar as “massas camponesas e o reforço das organizações políticas nos meios urbanos” (ABADIA, 2016, p.120).

Assim sendo, os mesmos acabaram por adotar uma nova estratégia de ação desde já que as “greves e manifestações” causaram acidente, e esta estratégia, é de luta armada e o partido desta vez organizou as suas estruturas nas zonas rurais (*idem*, 2016).

A organização desta estrutura, era uma ação de mobilização dos moradores das zonas rurais, fato que não era uma tarefa fácil por parte de Amílcar Cabral e os seus camaradas, pois, o mundo rural era difícil convencer e vencer sobre a sua proposta que tem como objetivo em engajar-se na luta de libertação nacional, posto isto, Cabral e os seus companheiros adoptaram um argumento no “processo de mobilização baseou-se numa linguagem simples, direta e acessível às populações” (GOMES, 2010, p.40).

Por meio deste argumento, os revolucionários conseguiram encontrar o caminho mais viável para mobilizar os camponeses que carecem de formação básica. Os argumentos usados para tal são, por exemplo, “[...] porque lutamos nós, quem és tu, quem é o teu pai, já pagaste os teus impostos, o teu pai já pagou os seus impostos, o que é que viste desses impostos, quem é que já esteve preso” (*idem*, 2010, p.40).

Estas palavras ajudaram o movimento a convencer os habitantes das zonas rurais a aderirem à luta e não só também houve um forte empenho por parte dos jovens militantes do partido nas comunidades dedicando-se em ensinar as populações locais a maneira de se livrar do “sistema colonial Português” que estava a dificultar as vidas das populações locais, com este trabalho dos jovens o partido ganhou a confiança dos habitantes locais e iniciou a sua luta

armada no dia “23 de janeiro de 1963” na “Tite” sul da Guiné-Bissau com pequenos grupos de guerrilhas entre eles guineense e caboverdianos (GOMES,2010, SEMEDO, 2016).

Segundo relatos de Gomes (2010), durante a luta houve sérias de problemas que até podia se inviabilizar o projeto, ou seja, o objetivo da luta obrigou camarada Cabral a convocar o primeiro congresso do partido nas matas de “Bôe” conhecido como congresso de “Cassacá em 1964” com o intuito de estruturar o partido para melhor sanar os problemas que estava surgindo. O partido estava indo à direção ao contrário dos seus objetivos, pois, alguns “membros de comunidade” estavam a ser “eliminados” acusados de “feitiçaria.”

O processo da construção das nações nos diferentes países africanos tem a ver com a “ocupação europeia” quando estes impérios expandiram para o continente no período pós da II Guerra Mundial. Fato que motivou os países africanos a se reunirem em torno de uma resposta. Posto isto, nos finais de década de 1950 a 1960 não havia uma outra opção para os guineenses a não ser criar o projeto de nacionalismo (Filho, 2016).

De acordo com Monteiro (2013, p. 31) “a resposta dada a essa invasão em diversos países africanos foi o desencadeamento da resistência cultural e política contra essa ocupação”. Partindo deste pressuposto, “O pensamento de Amílcar Cabral e de outros nacionalistas africanos, inspirados nas reflexões das tradições ocidentais que concebem a nação como comunidade de destino partilhada através da unidade política” (*idem*, 2013, P.31), foi fundamental para esta ação.

De lembrar que, essa ocupação dos europeus aos países africanos não era de um modo pacífico, foi um processo violento onde os homens e mulheres africanos/as foram escravizados pelos europeus (COLONIA, 2020).

Do ponto de vista sócio histórico, concretamente na primeira metade do século XX, a abordagem do nacionalismo estava atrelada a uma comunhão de destino, a um território e cultura comum, a uma unidade com forte ênfase nos conceitos de liberdade, integridade, cidadania. É também nesse período que vários países africanos se organizaram para a emancipação política (MONTEIRO, 2013, p. 32).

Dá-se entender na fala de autora que, Amílcar Cabral por seu turno “chama atenção” do que criação de uma nação não passa de “resultado de reação” de uma determinada classe “[...] face ao meio social e aos problemas existentes” (*ibidem*, 2013, p. 33), a fim de poder solucioná-los e buscar caminhos para a liberdade e bem-estar de todos.

De acordo com Colónia (2020, p. 4), “[...] esse nacionalismo que em última análise vai resultar nas lutas pelas independências empreendidas pelos movimentos independentistas das décadas de 50 e 60”.

Acerca de formação do nacionalismo guineense, Monteiro (2013), afirma que Cabral foi muito estratégico ao adotar novo conceito para a nação, pois, o mesmo ajudou-lhe bastante na concretização da sua ideologia que não é nada mais do que “[...] uniformizar os interesses étnicos em interesses coletivos gravitando numa nova identidade unificada, que transmite aos sujeitos o significado homogêneo de representação de seus interesses através de discurso de construção da nação.” (*idem*, 2013, p.33).

A verdadeira construção de nação africana é inspirada no modelo ocidental, e sem dúvida o “nacionalismo” foi uma pedra fundamental na construção de nações africanos sobretudo dos países do PALOP de modo particular Guiné-Bissau (*ibidem*, 2013). “A participação da diáspora negra no processo de luta contra o sistema de dominação branca e consequentemente pela independência dos países africanos e do Caribe, foi extremamente importante como se pode perceber até o momento” (COLONIA, 2020, p. 7).

Percebe-se que, as nações africanas de PALOP começaram a ser construídas a partir da autodeterminação dos estudantes africanos resididos em Lisboa por meio da construção de “nacionalismo africano”, e estes estudantes se “encontrava na Casa de Estudantes de Angola – que viria a ser mais tarde Casa de Estudantes do Império (CEI)” (MONTEIRO, 2013, P. 38).

De uma forma unida estes Estudantes formaram numa única frente com intuito de definir as suas pátrias e de debater sobre “a realidade de suas colônias”. Importa frisar que “O mais importante resultado desta Reunião foi, pois, o lançamento do designado Movimento Anti-Colonialista para a Libertação das Colónias Portuguesas, que ficou mais conhecido por Movimento Anti-Colonialista (MAC)” (SILVA, 2006, p. 9). Salientar que a fundação deste movimento teve Viriato da Cruz como a quem o impulsionou quando o mesmo estava de passagem para Paris, em Lisboa Cruz residiu na casa do engenheiro Amílcar Cabral (*idem*, 2006).

Vale frisar que “MAC” agrupava todos os “estudantes africanos da Casa dos Estudantes do império (CEI)” satisfazendo para juntar “[...] «geração de Cabral» (que constituíram o primeiro Diretório do MAC, em Lisboa, formado por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Macedo dos Santos, Lúcio Lara e Noémia de Sousa e que Edmundo Rocha identifica como os «Mais Velhos»)” (grifo do autor, SILVA, 2006, p. 9). E dentre outros estudantes novos.

Posto isto, na opinião de Monteiro (2013), dá-se a perceber que a junção destas duas instituições “casa Angola e CEI” é uma derrota para os estudantes africanos, pois “Os africanos começaram a sentir-se retraídos em relação aos demais da casa, isto porque a CEI era constituída majoritariamente por estudantes brancos, que não tinham as mesmas aspirações que os estudantes africanos,” (*idem*, 2013, P.39).

Em vista deste desconforto, António Tomas, citado por Monteiro afirma que estes “por não terem lugar na sociedade multirracial que se apregoava [...] poucas saídas restavam senão lutar pela destruição do sistema (sic)” (TOMAS 2008, p.25 *apud*, MONTEIRO, 2013, p. 41). Fato que faz surgir as ideias de criação dos movimentos revolucionários da libertação nacional nos países dos PALOP.

E sem dúvida os legados de “correntes pan-africanistas” no que diz respeito a “reintegração dos africanos fora do continente” foi a fonte onde beberam estes estudantes sobretudo do pensamento de “William Du Bois” (MONTEIRO, 2013). Sendo assim, percebe-se que o nacionalismo guineense e cabo-verdiano se deu a partir da criação do movimento revolucionário da libertação e que mais tarde virou num partido político. Compreender como e os fatores que provocam o surgimento das organizações partidárias é fundamento, por isso, procuramos trazer em seguida as discussões dos diferentes teóricos sobre o assunto.

#### **4. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

Nesta seção, procuraremos trazer as ideologias dos autores que de uma certa forma discutem sobre organização partidário. Pretendemos observar como surgiu as ideias das organizações partidárias. Para tal, levantamos a seguinte questão: de onde e como surgiu as organizações partidárias?

Segundo alguns estudos, a ideia dos partidos políticos, ou seja, as organizações partidárias surgiram nas organizações de um determinado grupo ou classe social. A palavra partido nos remete a pensar na ideia de que é um grupo das pessoas unidas pelo mesmo interesse ou ideologia política.

De acordo com (Sartori, 1982 *apud* Rebello, 2014, p.1). “A origem do termo partido político vem da palavra parte, do latim *partire*, que expressa divisão. No seu início, partido político possuía associação com a palavra facção e, no caso latino, com a palavra “seita”. Apesar de ser um indício habitual a ideia do que a palavra partido político deriva da “palavra parte”, alguns estudos consideram isso de equívoco. Para Nildo Viana no seu trabalho intitulado “o que são partidos políticos” afirma que



Sem dúvida a palavra partido possui uma ligação indissolúvel com a palavra parte. Partido é derivado de parte. Porém, ocorre que, como colocou o italiano Umberto Cerroni, se um “partido político” é uma “parte política”, nem toda “parte política” é um “partido”. Político O movimento ecológico, por exemplo, pode ser considerado uma parte política, mas não um partido. (Grifos do autor, VIANA, 2003, p. 11).

Por outro lado, o autor assegura que, antes de levar em consideração qualquer ideia sobre surgimento dos partidos políticos, é necessário pensar sempre do que “[...] os partidos políticos são fenômenos modernos, ou seja, são produtos típicos da sociedade moderna, capitalista” (*idem*, 2003, p. 11). Salientando ainda que a “correspondência” de Estado e produção capitalista que faz nascer os partidos políticos. O mesmo ainda frisa que, não podemos confundir, ou seja, misturar as coisas, pois, “os partidos políticos não são nem parte e nem posição política” (*ibidem*, 2003, p. 12). Já Muniz (1988), afirma que muitos se afirmam que a origem dos partidos políticos é na Atenas de Aristóteles quando que não, porém, o que existia naquela época era apenas as classes sociais e não partidos políticos.

Além das afirmações acima citadas, os partidos políticos para Viana, não é conjunto dos indivíduos cujo propósito agir em comum, ter uma concordância na luta pelo poder político, mas sim, os partidos políticos não passam de umas “organizações burocráticas” que tem como objetivo de conquistar o Estado. Esta ambição visa uma luta pelo poder por meio das ideologias da “representação” baseada nos interesses de diferentes classes (VIANA, 2003).

Para ilustrar essa ideia entendemos que é necessário trazer as características dos partidos políticos pensado por Viana através dos quatros “elementos principais” que de uma certa forma são: “[...] a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe”. (VIANA, 2003, P.12).

Por seu turno, o francês Maurice Duverger, (1970), mostra que o nascimento dos partidos políticos se encontra, conectados “[...] ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais” (*idem*, 1970, p. 20), frisando ainda que “a origem eleitoral e parlamentar dos partidos”, as suas estruturas de forma geral são simples, não é nada mais que a fundação de grupos parlamentares depois segue “comitês eleitorais” e por último estabelecimento da ligação entre grupos parlamentares e comitês eleitorais.

Posto isto, o autor ainda salienta que “as organizações formadas por clãs, clubes” e dentre outros, serve de referência nas formações organizacionais partidárias. Ainda sobre o surgimento dos partidos políticos, a autoridade afirma que, entre 1850 quase em todo o

mundo, nenhum país tinha conhecido partidos políticos no seu verdadeiro sentido nesta era moderna a não ser os clubes, opiniões, associações e dentre outros.

Sendo assim, na opinião de autor pela lei do natural de criação, tudo o que o homem cria têm a tendência de se mudar ou transformar, as organizações acima citadas que são Clãs, clubes desenvolveu-se numa outra estrutura que hoje é conhecido como partidos segundo a percepção do francês, e “Em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares”. (*ibidem*, 1970, p. 20).

Para o sociólogo Robert Michels (1982), a discórdia entre duas ou mais grupos das pessoas, ou seja, classes sócias que se faz nascer uma organização partidária. O mesmo confira abaixo o seguinte:

A vida dos organismos partidárias é dominada pelo antagonismo irreduzível e permanente entre essas duas grandes tendências; a propensão à concentração de poderes nas mãos de uma oligarquia irremovível e a aspiração de participação geral (MICHELS, 1982, p. 10).

Nesta perspectiva, dá-se a perceber que o centralismo do poder é indispensável na criação ou surgimento dos partidos políticos é ele que “[...] determina e aspira a realizar um conjunto de ideologia ou ideias a partir das funções econômicas que exerce tem necessidade de uma organização” (*idem*, 1982, p. 15). Falando ainda sobre organização partidária vimos que, o princípio da organização tem um papel importante no que tange a luta política conduzida pelas massas. Na ótica de Santano citando Marx mostra que “partidos são um movimento proletário que a cada etapa se modifica e forma uma nova organização partidária” (SANTANO, 2011, p. 7).

Consideramos importante o princípio da organização, pois, é ele que define os “fracos” contra os “fortes” numa luta e o sucesso dessa luta dependerá dos planos construídos, planos essas que não é nada mais que a solidariedade entre as pessoas com propósitos iguais (MICHELS, 1982). Assim sendo, dá-se entender que os partidos políticos atravessaram muitos caminhos “em busca de estratégias que pudessem, efetivamente, zelar pelos interesses da sociedade, através da conquista e exercícios do poder” (MUNIZ, 1988, p. 47).

Percebemos que não conseguimos esgotar toda a história do surgimento dos partidos políticos, pois, é uma história muito longa e que tem contradição em seu torno, pós ao longo da produção desse trabalho entre os autores que trabalhamos vimos que há uma contradição de opiniões sobre o surgimento, ou seja, origem dos partidos políticos. As ideias, ou seja, as discussões desses autores sobre o surgimento e o modo de funcionamento de um determinado

partido servirá de caminho para entender a estrutura e dinâmica da interligação entre os órgãos administrativos do PAIGC.

## 5. ESTRUTURA, DINÂMICA E O FUNCIONAMENTO DO PAIGC

Antes de entrar no assunto propriamente gostaríamos de apontar que neste capítulo abordaremos o funcionamento do PAIGC. Para tal, seria necessário conhecer a estrutura do mesmo, a fim de poder nos orientar, ou seja, ajudar a compreender os diversos contextos. Após a independência da Guiné-Bissau, o PAIGC tornou-se o único Partido político nas décadas de 70, num regime monopartidário, no qual o Partido se confundia com o Estado. Como é natural para um bom funcionamento de uma organização é preciso que haja as leis que regulamentam os membros da mesma, o PAIGC elaborou,

a lei que estabeleceu a constituição do Partido e toda a sua organização, foi elaborado a 19 de setembro de 1956, no ato da sua formação. Este documento definiu a forma, os princípios e as normas que o deveriam orientar (GOMES, 2010, p. 49).

Esta lei não passa de estatuto e criação dos órgãos deliberativos e executivos do partido. Já Semedo (2016), afirma que a necessidade de responder a algumas situações que o PAIGC criou a estrutura hierárquica do seu partido.

De acordo com os estudos um dos e primeiro estatuto começa com a seguinte afirmação, “o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde criado em 1956, em Bissau, é um partido político autónomo que tem sede nas suas regiões libertadas” (GOMES, 2010, P. 49). Em seguida destacamos o segundo, ou seja, o estatuto número dois conforme pesquisadora é neste que era “[...] definido o carácter binacional do partido, isto é, uma organização política do povo da Guiné e Cabo-Verde e exerce a sua atividade nos dois territórios” (*idem*, 2010, P. 49). Dá-se a entender que o segundo estatuto se baseia na ideia da unidade para com os dois povos. Para Gomes (2010), o quarto estatuto, ou seja, número 4 de estatuto e é uns dos mais fundamental por trazer seguintes objetivos:

[...] a) a conquista imediata e total da independência nacional da Guiné e de Cabo-Verde; b) a democratização e a emancipação das populações africanas desses territórios secularmente explorados pelo colonialismo português; c) a realização de um progresso económico rápido e de uma real promoção cultural e social do povo da Guiné e Cabo-Verde (GOMES, 2010, P. 49).

Os objetivos que acabamos de citar foram um dos fatores que nortearam a criação das diferentes instituições democratas do partido. Afirmado no cenário político conforme argumenta a pesquisadora, estas instituições são: A divisão territorial, as organizações de base, a secção, a zona ou Sector e os órgãos de direção. Vale salientar que, além das instituições acima mencionadas, surgiram outros órgãos no PAIGC.

De acordo com documento de página oficial do PAIGC os órgãos que são criados são seguintes: Órgãos Nacionais do PAIGC, Órgãos Regionais do PAIGC, Órgãos Setoriais do PAIGC, Apoio e consulta do PAIGC, e Grupo Parlamentares do PAIGC. Para além destes tem outras estruturas do partido nomeadamente Presidente, Secretariado, UDEMU e JAAC.

De uma forma prévia vamos falar sobre o funcionamento ou responsabilidades que compete a cada uma destas (órgãos). Segundo a constituição do PAIGC o presidente é o “Órgão superior do partido, que coordena e assegura a sua orientação permanente”, além disso o mesmo "aplica às deliberações em todos os seus órgãos nacionais e tem assento em todos eles, preside o Bureau político, Comité Central e Secretariado Nacional”<sup>1</sup>.

Por seu turno, Órgãos Nacionais está estruturado da seguinte forma: congresso, Comité Central, Bureau Político e Conselho Nacional de Jurisdição.

Desde a criação do PAIGC até nos dias de hoje, o congresso é considerado como um órgão deliberativo máximo do partido. De lá para cá foram realizados treze congressos, entre eles oito são ordinários e cinco extraordinários, incluindo primeiro denominado congresso de “Cassacá” de 13 a 17 de fevereiro de 1964.

Por outro lado, o Comité Central, é um órgão deliberativo máximo do partido entre os, Congresso. O mesmo é composto por membros efetivos e suplentes, eleitos pelo Congresso, por ano se reúne duas vezes ordinariamente assim como extraordinariamente a mando do Bureau Político, ou seja, 1/3 dos seus membros. É de responsabilidade do órgão acima referido aplicar as deliberações do Congresso, além disso, compete ao mesmo o controle das atividades dos órgãos do PAIGC, averiguar a situação política partidária nacional e entre outros.

Um outro órgão é o Bureau Político, considerado órgão máximo de direção do PAIGC “entre as reuniões do Comité Central”. É de responsabilidade do Bureau “executar as deliberações do Congresso e do Comité Central.” O mesmo é composto por seus membros e uma Comissão Permanente formada por “Presidente, Vice-Presidentes, Secretário Nacional,

---

<sup>1</sup> Os parágrafos dentro das aspas podem ser visualizados na página oficial do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) para mais informações <https://www.paigc.net>.

Presidente do Grupo, Parlamentar e por cinco membros eleitos pelo Bureau Político, sob proposta do presidente do Partido que a dirige.”<sup>2</sup>

Falando ainda das (Órgãos) Nacionais do partido, temos Conselho Nacional de Jurisdição. O próprio nome fala por si, é um órgão jurisdicional do partido responsável pelo controle e regulamentar idade dentro de partido. O mesmo é constituído por “sete membros efetivos e dois suplentes eleitos pelo Congresso e que elegem entre si o presidente, o Vice-Presidente e o Secretário.” O mesmo é independente nas suas decisões e tem por obrigação só de obedecer a “constituição da República, as leis, aos estatutos e aos regulamentos do partido.” O órgão do Conselho Nacional de Jurisdição se reúne ordinariamente “uma vez por trimestre e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento do 1/3 dos seus membros.”

Falando já de Órgãos Regionais do partido vimos que o mesmo está composto da seguinte maneira: Conferência Regional, Conselho Regional, Comissão Política Regional e Secretariado Regional. Estes são órgãos deliberativos máximos do partido nas Regiões e cada qual tem a sua estrutura e o seu modo de funcionamento.

Já a Conferência Regional é composta por delegados eleitos pela Conferência Setoriais e delegados por inerência. Segundo a página oficial do partido as reuniões do órgão acima citadas por ano acontecem ordinariamente uma vez, e extraordinário acontece quando é “convocado pelo Conselho Regional ou pela Comissão Política Regional.”

Lê-se pelo mesmo documento que o Conselho Regional “[...] é o órgão deliberativo máximo, entre as conferências Regionais e é presidido pelo Presidente da Comissão Política Regional.” As reuniões ordinárias do órgão ocorrem “uma vez por semestre” e extraordinário é convocado segundo a “Comissão Política Regional, pelo seu Presidente ou a requerimento de pelo menos, 1/3 dos seus membros.”

Por outro lado, temos a Comissão Política Regional que é um órgão encarregado pela organização das “atividades do partido na região.” Reúne ordinariamente por um período de três em três meses, além das reuniões extraordinárias convocadas pelo presidente do órgão supracitado, ou de um 1/3 dos seus membros. Importa salientar que, o presidente deste órgão é auxiliado pelo Secretário Regional.

De acordo com o mesmo documento o Secretariado Regional “[...] é um órgão executivo máximo do partido na Região”, mas é um órgão que funciona na base da Comissão Política Regional.

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre as frases em aspas, acesse este link: <https://www.paigc.net>.

Segundo formação dos órgãos do partido, o Órgão Setorial é composto de Conferência Setorial, que é um órgão máximo do partido nos Setores formados por “[...] delegados eleitos pelas assembleias de grupo nas Seções que compõem o setor e por delegados por inerência”<sup>3</sup>.

O mesmo reúne “[...] ordinariamente uma vez por ano” e extraordinário quando o Presidente da Comissão Política Setorial convoca, ou ainda por 1/3 dos seus membros. Já a Comissão Política Setorial, é um órgão deliberativo maior que coordena as atividades do partido no setor. As reuniões ordinárias do órgão acima citada acontecem de dois em dois meses e extraordinário é marcado pelo presidente quando for necessário, ou pelo 1/3 dos seus membros. Por seu turno, o secretariado Setorial é considerado como um órgão executivo superior do PAIGC no Setor, o seu funcionamento depende da Comissão Política Setorial.

Do outro lado, de acordo com o mesmo documento, os Órgãos de Consulta e Apoio estão estruturados da seguinte forma: Convenção Nacional, que é um espaço de debate do partido, é ali foi discutido as questões de interesse nacional do partido. E em seguida temos um outro órgão Conquatsa (O Conselho Nacional de Quadros Técnicos Militantes, Simpatizantes e Amigos do PAIGC), Conquatsa é tido como um órgão de “[...] consulta e apoio no domínio político, técnico e científico aos órgãos do partido.”

Os membros de órgão se reúnem ordinariamente por ano uma vez, e extraordinário pela convocação do Comité Central ou do presidente quando é preciso. Já o Conselho Consultivo “[...] é um órgão de consulta e aconselhamento político do partido, integrado por militantes que, pela sua experiência política no partido, são depositários de conhecimento e valores que possam ser partilhados e servir de fonte de inspiração para o PAIGC.”

O Grupo Parlamentar, por seu lado, é um departamento criado pelo PAIGC para definir ação comum, ou seja, defender o programa político do partido e do seu Governo.

Um outro órgão que constitui o PAIGC é Secretariado. O PAIGC é composto por três Secretários e um Secretário Nacional que é um órgão executivo permanente do partido e que funciona sob a orientação do Bureau Político. É de responsabilidade do Secretário Nacional administrar e organizar “[...] as atividades e os serviços do Secretariado Nacional, Regional e Setorial. De forma prévia vamos desvendar o funcionamento e competências de cada uma destas secretarias.

De acordo com o documento, Secretariado Nacional é um executivo permanente do partido que funciona na base da coordenação do Bureau Político, compete o mesmo a “[...] aplicar as deliberações do Bureau Político concernentes a área política, incluindo o seu

---

<sup>3</sup> As informações desta página são obtidas na página oficial do PAIGC, acesse o link abaixo para mais informações <https://www.paigc.net>.

patrimônio e articulações dos seus órgãos nacionais com as suas organizações sociopolíticas e a sociedade civil.”<sup>4</sup>

Já Secretariado Regional é um executivo maior do PAIGC na Região que funciona sob orientação da Comissão Política Regional. Compete ao órgão a garantir com melhor eficácia o funcionamento dos outros órgãos regionais bem como articular a comunicação entre estes órgãos com estruturas regionais e a sociedade civil, sob a coordenação da Comissão Política. Importa salientar que o funcionamento deste órgão depende da Comissão Política Regional.

Por seu lado, Secretariado Setorial é um executivo superior do partido a nível de Sector que também funciona sob a coordenação da Comissão Política Setorial. É da responsabilidade do órgão supracitado de garantir o bom funcionamento dos órgãos e entre outras estruturas setoriais do partido, além disso, também é de responsabilidade do mesmo “[...] assegurar a administração do partido ao nível setorial, bem como garantir a articulação e comunicação dos órgãos e estruturas regionais com a sociedade Civil, sob orientação da Comissão Política Setorial.”<sup>5</sup>

No nosso entender o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), é um partido bem estruturado, pois engloba todas as camadas da sociedade. Uma outra estrutura que não é menos importante que iremos abordar é a União Democrática das Mulheres (UDEMU). Este é uma organização das mulheres dentro do PAIGC pensado por Amílcar Cabral nos anos de 1961, um período bem antes de o início da luta de libertação nacional com intuito de fazer com que as mulheres, ou seja, camada feminina insere-se na luta para a emancipação das mesmas, ou melhor, acabar com a “[...] injusta condição de desigualdade em relação ao homem em que se encontra na nossa sociedade”<sup>6</sup>.

A tarefa principal desta organização é de conscientização das mulheres, fazê-las ocupar espaços que lhes pertencem na reconstrução nacional por meio do enquadramento das mesmas nos trabalhos sociais, políticos e culturais.

Por outro lado, temos uma outra organização que faz parte desta estrutura que é a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC). Para quem não sabe esta organização segundo a nossa pesquisa “[...] é a vanguarda da juventude Guineense e o complemento essencial do PAIGC na mobilização, preparação e enquadramento da massa, juvenil para as tarefas de construção da nova sociedade.” Sob a administração do PAIGC a organização acima citada

---

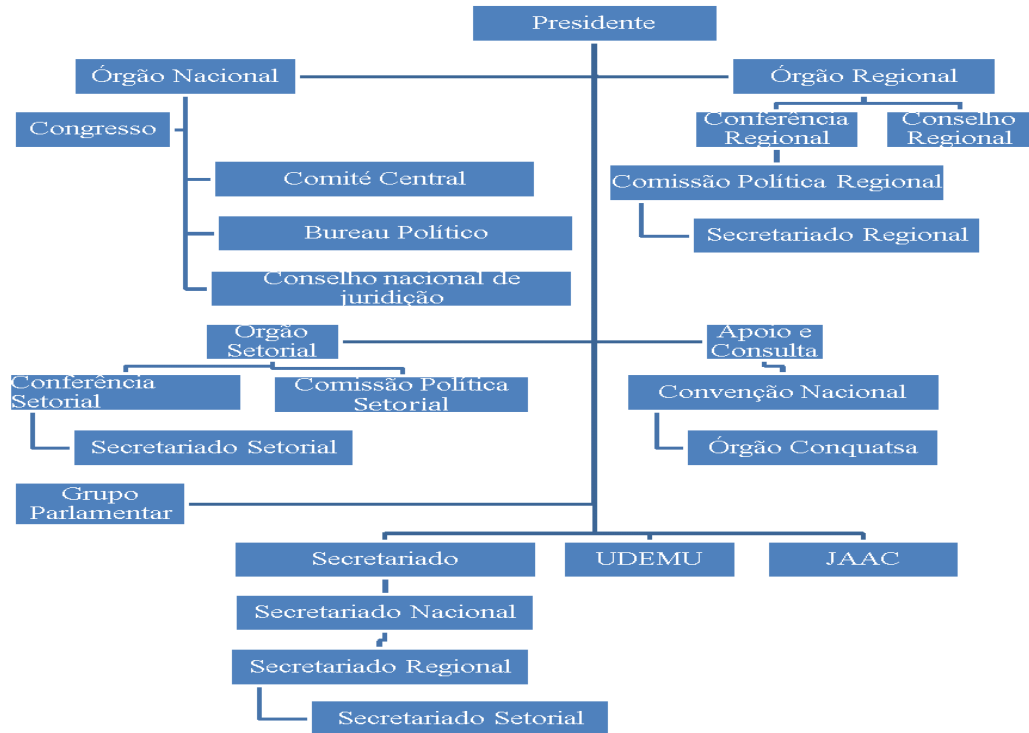
<sup>4</sup> Ver no <https://www.paigc.net>.

<sup>5</sup> Como dizemos alcançamos estas informações na página oficial do PAIGC que pode ser encontrado neste link <https://www.paigc.net>.

<sup>6</sup> Ver no <https://www.paigc.net>.

tem como a tarefa de educar a “[...] nova geração para a participação consciente e militante na construção e defesa intransigente da Unidade Nacional.” Assim sendo, para melhor dar ênfase ao nosso argumento segue abaixo a organograma do PAIGC.

**Figura 2- Organograma do Partido PAIGC**



Posto isto, o partido criou os seus princípios para melhor permitir um bom funcionamento dos seus órgãos. Sendo assim, é de extrema importância conhecer os princípios adotados pelo PAIGC para entender a dinâmica do seu funcionamento, em geral. Confirma abaixo os princípios criados por PAIGC.

O princípio da direção coletiva, o princípio do centralismo democrático e o princípio da crítica e da autocrítica. Existe ainda um quarto princípio não expresso no Estatuto, mas subjacente aos demais e cujo cumprimento foi desde o início indispensável à realização dos objetivos nele definidos, o princípio da democracia revolucionária (GOMES, 2010, p.74).

Com base nisso, questionamos qual é a origem dos conflitos no PAIGC? Quais os fatores por detrás das sucessivas crises políticas no partido? Estas perguntas que nos vai abrir o caminho para análise das crises políticas do PAIGC.



## 6. AS CRISES POLÍTICAS DO PAIGC

Neste capítulo discutimos as crises políticas do PAIGC, os maiores acontecimentos conflituosos que marcaram o partido desde sua fundação. Talvez muitos possam pensar que as crises políticas do PAIGC, teve o seu início com o golpe de estado de 1980, claro que podemos a considerar como uma das mais graves crises do partido, mas não o primeiro. Ao longo deste estudo percebemos que pouco tempo antes de chegada de famoso 20 de janeiro de 1973 data da Proclamação da Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, foi assassinado Amílcar Cabral por comandante naval Inocêncio Kani em Conakry justificando “más práticas políticas associadas ao desvio de bens do partido em proveito próprio” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 922).

Além disso, uma outra justificativa está associada a mais presença dos Cabo-Verdianos nos órgãos superiores do partido, fato que deixava a maioria dos dirigentes do partido descontente (JAUARA, 2005; TRAJANO FILHO, 2016). Talvez podemos pensar que o golpe de 80 é a continuidade do ocorrido de 1973.

A ambição continuou e más práticas não pararam de acontecer no partido. De acordo com Trajano Filho (2016), o ano 1977 foi o marco da primeira tentativa e falhada golpe de Estado liderado por Malam Sanhá, que mais tarde foi preso e posteriormente se matar na cadeia e na sequência foram fuzilados os seus homens.

Como já havia dito, o período de 1980 marcou uma das maiores crises do PAIGC, e é um período de muitas lutas intensas dentro do partido pelo poder, fato que culminou com o primeiro golpe de Estado e posteriormente a ruptura da unidade de dois povos ditas irmãos, Guiné-Bissau e Cabo-verde. Para melhor entendermos o desdobramento as reações de ocorrido de 14 de novembro a autoridade afirma seguinte:

Em Cabo Verde, as reações ao golpe e aos contornos xenofóbicos que inicialmente emergiram associados à deposição de Luís Cabral foram agudas. Nas ilhas, logo se percebeu que Guiné e Cabo Verde eram unidades políticas muito diferentes em quase todos os aspectos que se considerassem. Afora uns poucos inusitados movimentos de cabo-verdianos em apoio a Nino Vieira, a tendência geral foi de afastamento e ruptura institucional que não demorou muito a acontecer. Assim, em 20 de janeiro de 1981, aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC decidiu criar o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que passou a governar o Estado insular de modo autônomo dois meses depois do golpe em Bissau (TRAJANO FILHO, 2016, P. 924).

Para Filho (2016), talvez a ação dos cabo-verdianos depois deste golpe “[...] é serviu como uma boa desculpa para os dirigentes dos dois países se livrarem do fardo de uma unidade impossível (SILVA, 2010, p. 193 *apud* TRAJANO FILHO 2016, p. 925).

Percebemos que os elementos que contribuem para tal golpe é a desigualdade constatada entre os “lusso-africanos”<sup>7</sup> e os “etnorurais” na formação de governo de Luís Cabral, uma ocupava (14) pastas, sendo outro (4), e não só há uma enorme diferença entre povos de dois lados. O fato que nos deixou mais afetados é sobre a constituição (JAUARA, 2005).

Segundo alguns estudos, a constituição caboverdiana proibia a um cidadão guineense ser presidente na Cabo-Verde, enquanto no outro lado é ao contrário na Guiné-Bissau qualquer cidadão de dois países pode ser presidente desde que reunia a condição, além da pena de morte que é proibido na Cabo-Verde enquanto na Guiné a prática continuou. Se é verdade que os dois povos são irmãos e que lutavam pelo mesmo objetivo existe a necessidade de ter duas constituições? Isso justifica que a desigualdade seja extrema dentro da política do PAIGC (JAUARA, 2005; SILVA, 2018).

Por outro lado, podemos considerar isso de fraqueza da consciência nacional (do quê que é nacional), porque isso mostra a insuficiência de gerar um verdadeiro sentido de uma nação (AMADO, 2005).

Jauara (2005) e Teixeira (2018), vem nos afirmar que o golpe de estado de 1980 terminou com um sonho político que haviam sido criados pelo Amílcar Cabral que era de unificação de dois povos da Guiné e de Cabo-verde.

Mas a justificativa disso se deu a partir da destruição socioeconômica do país e posteriormente com o não alinhamento ideológico do partido ligado a progressiva exclusão dos princípios da centralidade democrática, no que diz respeito à luta dura e à extensão do “princípio da crítica e autocrítica na deturpação do princípio da unidade Guiné e Cabo Verde e na introdução de divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes” (SILVA, 2018, p. 49).

Um dos grandes problemas neste cenário é que os dirigentes atuais do PAIGC desvincularam das ideologias do Cabral e implementaram uma nova ordem política constitucional, onde os princípios democráticos, da igualdade e dentre outros deixaram de

---

<sup>7</sup> “Lussoafricanos” e “etnorural” são termos usados por Jauara para designar as duas classes que havia no PAIGC. O autor usou termo “lusso-africanos” para referir a sociedade formada por elites crioulas da zona urbana e termo “etnorural” refere-se ao grupo daqueles indivíduos que vivem na zona rural.

existir como entidade binacional como era pensado, o que culminou de fato com a ruptura de dois povos (*idem*, 2018).

Um outro marco na política do PAIGC foi o afastamento de alguns dos dirigentes e da segunda figura do seu partido e primeiro-ministro na altura Vitor Saúde Maria em 1984. Entre os afastados estava procurador geral da República, Nicandro Barreto, ministros dos recursos naturais, Joseph Turpin, Victor Freire Monteiro, ministro da economia e finanças, ministro da educação nacional, Avito José da Silva e por último ministro da administração interna João Cruz Pinto e dentre outros todos os acusados de orquestrar o golpe de Estado contra João Bernardo Vieira (*ibidem*, 2018).

Portanto, depois dos acontecimentos de 1980, na verdade, o que se verifica dentro do partido é a luta pelo poder, a nova ordem foi estabelecida e a disputa passou a ser diálogo entre os homens do PAIGC. Para melhor entender isso verifica abaixo seguinte:

a origem da discórdia entre Saúde Maria e Nino Vieira estava na decisão de extinguir o cargo de primeiro-ministro. Possibilidade que Saúde Maria discordava, alegando que um dos pretextos do MR era não permitir que o presidente da República acumulasse o poder. Como é “proibido desafiar” o líder na ditadura, a disputa foi interpretada como uma afronta ao líder. E o ministro da defesa, Iafai Camará, que coordenava ações da polícia política acusou Saúde Maria de tentar aliciá-lo para executar o golpe de estado. Ao tomar conhecimento da acusação que estava sendo alvo, pediu demissão do cargo. (SAMBU, 1989, P. 135, *apud* SEMEDO, 2021, p. 75).

Mesmo com a sua demissão as acusações e intrigas não parou, segundo autor o presidente João Bernardo Vieira no seu discurso no IV Congresso do PAIGC voltou acusar o Victor Saúde Maria desta vez com o Paulo Correia o ministro da justiça e poder local, de querer desestabilizar o partido e não só também o país. Lê-se neste mesmo documento que Saúde Maria tentava criar freguesia dentro do partido e dentro outras acusações que não mencionamos aqui (SEMEDO, 2021).

Por outro lado, Trajano Filho (2016), afirma que antes do ocorrido de outubro de 1986 já tinha acontecido em março de 1982 tentativa de descontrolar a governabilidade do partido por próprios dirigentes do mesmo.

Em outubro de 1986, o PAIGC registrou uma das mais longas crises pós de 14 de novembro, a crise tal que remanesce até nos dias de hoje no seio do partido, apesar que hoje isso ganha uma outro status explicaremos isso adiante. Estávamos dizendo da disputa entre grupo social Balanta e do outro lado Papel apoiado por outros grupos sociais da Guiné-Bissau (SEMEDO, 2021).

Vale salientar que estas disputas entre diferentes grupos sociais já haviam acontecido antes do golpe de 14 de novembro de 80 no interior do partido, o que terminou na separação da unidade entre a Guiné e Cabo-Verde. Desta vez a situação foi outra, a disputa estabeleceu uma nova ordem no relacionamento político que passou a semear tendências étnicas perigosas na abertura política na década de 90” (*idem*, 2021, P. 79).

Sendo assim, neste novo ciclo de disputa a situação ganhou um outro status, ao invés de disputa entre grupos sociais é a clivagem entre as classes sociais, de um lado temos velhos combatentes e do outro os modernistas (TEIXEIRA, 2008).

De acordo com Semedo (2021), o mês de outubro de 1986, marcou afastamento dos comandantes do grupo social Balanta nas zonas "estratégicas da segurança nacional" acusados de golpe e posteriormente detidos e “condenados à pena capital”. Daí surge a seguinte questão que nos deixou com muita dúvida: será que as contradições no interior de PAIGC se dava por conta da unidade binacional antes do golpe de 80? De fato, podemos dizer que não “[...] as contradições que se viviam no PAIGC estavam além da unidade binacional e precisavam ser analisadas, a partir do contexto interno guineense” (*idem*, 2021, P. 79). Convém lembrar, que entre os detidos estavam,

[...] o ministro de Justiça e Poder Local, comandante Paulo Correia, ex-procurador-geral da República o jurista Viriato Rodrigues Pã, chefe da Casa Civil Presidencial Binhanquerem Na Tchanda, comandante Braima Bangura, comandante Pedro Ramos, M'Bana Sambú, Baptista Tagme Na Waie, Wagner Na Fanda, primeiro tenente Pass Kull, major Saié Braia Nhakpa, coronel Laina Cissé e tenente coronel Malam Sany (SEMEDO, 2021, p. 80).

Todos são quase do grupo social Balanta, importa salientar que não foi só apenas os nomes acima citados, mas existe ainda mais outros, o ocorrido aconteceu no dia 17 de outubro de 1986 onde alguns deles foram baleados e outros acabaram por falecer por não terem jamais a força de aguentar a tortura (TRAJANO FILHO, 2016, SEMEDO, 2009).

Após do ocorrido o presidente João Bernardo Vieira, vem afirmar no seu discurso do IV congresso do PAIGC, que a causa do fuzilamento se deve aos erros que lhes têm cometido, inclusive o Paulo Correia, mas alguns estudos afirmam que isso não passa da mentira disfarçada da verdade, porém, Paulo Correia “[...] não tinha levantado uma palha, não disparou um tiro, nem sequer por palavras chegou a desafiar a autoridade do chefe de Estado legítimo, e não podia ganhar a pena máxima como castigo” (SILVA, 2003, 161 *apud* SEMEDO, 2021, P. 81). Os erros que o comandante Paulo Correia foi acusado de cometer neste congresso foram seguintes:

Primeiro, utilizando o trabalhismo, Paulo Correia tratou de mobilizar oficiais das FARP, elementos da segurança e da guarda-presidencial e outros; segundo tratou de mobilizar oficiais das FARP e outros militantes acusados ou com casos comprovados de corrupção, de conduto moral e cívica mais que duvidosa, e elementos descontentes ou insatisfeitos por quaisquer razões políticas, materiais ou outras; Terceiro, Paulo Correia aliou-se deliberadamente e com conhecimento de causa a inimigos confessos do nosso partido e que sempre foram aliados aos objetivos do colonialismo e outras forças retrogradadas cujo apoio tentou obter (SEMEDO, 2021, P. 80).

Assim sendo, autor observa na sua entrevista com alguns políticos do PAIGC que as acusações acima citadas pelo presidente Vieira “[...] não justificam a existência do facto e, muito menos, condenar os principais acusados à pena máxima, sendo que outros, também imerecidamente, pagaram com longos anos de prisão e trabalhos forçados” (*ibidem*, 2021, P. 81).

Apesar de todas essas efervescências na sua liderança tanto no partido assim como, no país, João Bernardo Vieira foi eleito no segundo turno nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, lá permaneceu até 1999 data da sua deposto pelo então Chefe do Estado-Maior das forças armadas o ex-brigadeiro Ansumane Mané por meio de uma guerra civil que durou mais que 10 meses conhecido como guerra de 7 de junho em 1998 que envolveu as tropas do Senegal assim como os da Guiné-Conakry (Trajano FILHO, 2016). Assim sendo, percebemos que através das discussões destes teóricos que acabamos de efetuar e entre outros acima citadas nos irá permitir analisar os fatos que estão por trás das crises políticas no partido do PAIGC no período pós-independência.

## **7. CAUSAS DAS CRISES POLÍTICAS DA DIMENSÃO INTERNA ORGANIZACIONAL NO PAIGC (1994-2016).**

O capítulo aborda as crises políticas da dimensão interna organizacional do PAIGC no pós-independência. Os problemas do PAIGC começaram depois de alguns dias da luta, pois, estava acontecendo alguns atos de barbaridade, fato que obrigou uma convocação urgente do primeiro congresso do partido. Diante disso, observamos que o partido não estava indo na direção daquilo que era definido que é interesse coletivo (GOMES, 2010).

Assim sendo, entendemos que os dirigentes estão indo numa via contrário dos princípios, quando é assim Michels, (1982), mostra que “[...] é necessário atribuir a responsabilidade desse fato a maldade da natureza humana” (ambição de querer conquistar

mais pelas vias ilícitas) ou aquilo que podemos chamar da ausência democrática dos dirigentes” através das suas lutas internas. Olhando para outro lado do horizonte, íamos compreender que os problemas do PAIGC se devem às contradições do projeto de nacionalismo como vimos nos capítulos anteriores. Para melhor entendermos essas contradições, seguimos abaixo os escritos de Trajano Filho.

[...] um confronto paradoxal entre o retorno às origens idealizado na utopia de Cabral (1973), que sugeria um devir igualitário e horizontal para a futura nação, e a estrutura verticalizada da sociedade crioula, sempre supondo formas de incorporação da diferença que geravam hierarquias do tipo gerontocrático e patrimonialista (TRAJANO FILHO, 2016. 915).

Para o autor o projeto da unidade binacional não é nada mais que um projeto que “propõe uma nação claramente subordinada ao Estado e esvaziada de contradições e de sentido” (*idem*, 2016, p. 920).

Não é menos verdade dizer que essas contradições fazem nascer as lutas internas no seio do PAIGC. Na ótica de CHAO-TSI (1952), as lutas internas no partido não são nada mal “é absolutamente necessário” e não temos como evitá-las, pois, através delas que um partido político pode construir os caminhos melhor a busca de um ambiente democrático. Essas lutas dentro do partido não são nada mais que “lutas ideológicas”, as “divergências e antagonismos” são caminhos para nascimento de “ideologia e princípios”. (*idem*, 1952). Já Prestes (2010), afirma que a guerra ideológica é a essencial característica da luta de classes enquanto o capitalismo como modelo da dominação.

Sendo assim, antagonismo e divergência entre os dirigentes de qualquer que seja partido, no que tange a ideologias e princípios pode mudar o cenário político de qualquer partido” (CHAO-TSI, 1952, p, 2). O mesmo ainda salienta que

Consequentemente, qualquer luta interna no Partido que não envolva divergências em questões de ideologia e de princípios, e qualquer conflito entre membros do Partido que não seja baseado em divergências sobre questões de princípio, é um tipo de luta sem princípio, uma luta sem conteúdo. Essa espécie de luta sem princípio ou conteúdo é inteiramente desnecessária dentro do Partido. É prejudicial e não benéfica ao Partido. Todo membro do Partido deve evitar rigorosamente tais lutas (CHAO-TSI, 1952, p.2).

Não podemos identificar as lutas dos dirigentes do PAIGC de uma forma direta dentro das ideias de Chao-Tsi para abstinência dos erros, mas até certo ponto podemos, pois, no interior do partido, após de morte de Cabral nasceram muitas linhas de clivagem e

posteriormente “lideranças rivais”. Logo em “1974-1977”, depois da independência houve uma “remodelação governamental” do (PAIGC), o partido tenha dificuldades em cumprir com o primeiro princípio que é de “ação coletiva”, por isso, as lutas internas do PAIGC são lutas sem conteúdo (CHAO-TSI, 1952; JAUARA, 2005 & TRAJANO FILHO, 2016).

Neste contexto, “[...] houve várias resistências tanto do funcionalismo herdado do governo colonial como de alguns dirigentes expoentes do partido que ainda mantinha resquícios do comportamento colonial”. (JAUARA, 2005, p.124).

Segundo alguns relatos de Jauara “antes de 14 de novembro de 1980, houve uma ruptura” dentro do partido, pois houve uma remodelação do “governo por duas vezes”. Fato que obrigou surgir dois “blocos” distintas, um que “sustentava o regime de Luiz Cabral” o irmão mais novo de Amílcar Cabral e outro “bloco sustentado por regime de João Bernardo Vieira” (*idem*, 2005). Com isso, os comportamentos dos dirigentes do partido, provocou “[...] mais uma experiência de natureza popular se esvai, a despeito de juras e promessas que a guerrilha havia feito ao povo em discursos políticos vigorosos e contagiantes”. (JAUARA, 2005, p. 124). Os fatos acima mencionados, leva Trajano Filho (2016), afirmar que o sonho da nação independente pensada por Cabral foi para água baixa.

Para Jauara (2005 p. 126) “a luta interna no partido vai caracterizar a primeira administração da Guiné-Bissau. As principais pastas vão ser ocupadas por pessoas que exercem ou ocupam cargos relevantes no partido e são expoentes na sua hierarquia”. Sendo assim, observamos que essa divisão hierárquica no interior do partido gera a desigualdade e a violação dos direitos, pois, os altos cargos, ou seja, pastas mais importantes na estrutura de poder eram ocupadas por altos dirigentes do partido (*idem*, 2005), a desigualdade é um dos fatores dos problemas no partido.

Neste contexto, houve uma constante violação dos princípios a favor das lutas de interesses entre os dirigentes, segundo alguns estudos desde a independência o país sob a administração do (PAIGC), surgiu umas sérias de atentado contra o “princípio democrático” sobretudo na sua gestão da coisa pública. (*ibidem*, 2005).

Portanto, podemos afirmar que foi esta desigualdade que provocou o primeiro golpe do Estado feito por João Bernardo Vieira em 14 de novembro de 1980 contra presidente Luiz Cabral, pois, alguns estudos afirmam que este golpe se tratam “apenas como um movimento anti-caboverdiano liderado por guineenses descontentes com o regime” (SEMEDO, 2009, P. 56).

Sendo assim, Vieira formou o seu bloco composto pelos “etnorurais”, ou seja, “guineenses do PAIGC” para lutar contra a desigualdade que se tinha dentro da política do

partido. A desigualdade essa que não coube só dentro do partido, mas iam além, pois, há uma diferença no que diz respeito a constituição de dois países neste caso Guiné-Bissau e Cabo-Verde, deste modo, a governança de Luís Cabral não está indo na direção daquilo que é “elaborada pelo partido como comum”, portanto, há uma enorme “diferença política” entre dois países (SILVA, 2018, JAUARA, 2005). A citação se segue explicará de melhor forma o contexto acima referido:

[...] primeiro, a constituição cabo verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade, e, segundo a constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena. Essas diferenças levantaram suspeitas dos guineenses sobre a intenção do governo Luís Cabral de institucionalizar o domínio de Cabo-Verde sobre a Guiné-Bissau e de usar medidas repressivas para mantê-lo (JAUARA, 2005, p. 128).

No entanto, o cenário acima citado obrigou João Bernardo, a fazer o golpe contra Luís Cabral e depois de golpe no seu discurso Vieira, assegura que a intenção de golpe não era de certa forma “contra a integração dos Cabo-verdianos” no aparelho de Estado guineense, pois, queria um equilíbrio governamental. Além disso, o mesmo também salientou que “Luís Cabral e os seus seguidores herdaram a burocracia do governo colonial” (*idem*, 2005, p. 128).

Neste contexto, podemos considerar que o golpe feito por Vieira não é equívoco, porém, trata-se de um golpe "revolucionária" e que tem como objetivo a integração de todos tanto Bissau Guineenses assim como os Cabo-Verdianos no aparelho de Estado (*ibidem*, 2005).

Apesar de ser grandioso as ideias de Vieira, mas esta ideia fracassou, porém, o mesmo não foi capaz de concretizar essa ideia de equidade entre os dois povos, segundo a autoridade podemos atribuir essa incapacidade aos “[...] erros do projeto da unidade que o próprio PAIGC cometeu” (SEMEDO, 2009, p. 66). Vieira durante o seu mandato o partido na possibilidade de adoptar o multipartidarismo realizou congressos e foram observados que “a composição do comitê central reservou dez lugares para luso-africanos e 26 para etnorurais, desses 36 membros dez eram reformistas e 26 ortodoxos ou progressistas” (JAUARA, 2005, p.133). Fato que gera uma inconformidade dentro do partido, a fala que se segue explicará melhor isso.

A direção do partido não se conformou com esse resultado, além de não ter gostado de ver um grupo de jovens reformistas atuarem em bloco, sempre contra a orientação da cúpula do partido; por isso, convocou, cinco meses



depois, um novo congresso, só que, dessa vez, convocou o congresso ordinário do partido, o que deixa clara a disputa do poder no próprio partido (JAUARA, 2005, p.133).

Assim sendo, entendemos que manutenção de poder é o algo que fala mais alto dentro de seio política do maior partido do país (PAIGC), e não a coletiva das massas populares, compartilhamos essa ideia com o autor quando afirma que nos meados de década 90, com “a morte do antigo primeiro-ministro precipita uma luta intensa no seio do partido com objetivo de uma nova partilha do poder” (*idem*, 2005, p.125).

Entretanto, as crônicas lutas pela manutenção do poder no partido do PAIGC no pós-independência entre 1994-2000, vêm se agravando cada vez mais, porque os líderes não conseguiam consolidar, ou seja, manter a pureza do partido por não cumprir com aquilo que é estabelecido dentro dos quatro princípios acima citados. Segundo Silva (2018) o governo Viera não conseguiu trazer as mudanças necessárias além de manter com a política do seu antecessor.

“A nova ordem administrativa está associada à corrupção, nepotismo, repressão, perseguição e eliminação de adversários políticos que não comungam com a forma que o país está sendo dirigido passou a fazer parte do cotidiano guineense” (*idem*, 2018, p. 50).

Os mais graves problemas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC), iniciou na época de 1994 é o período dita da democracia, ou seja, período que foi implementado o multipartidarismo na Guiné (SEMEDO, 2009), pois, é período em que surgiram muitas acusações e posteriormente os assassinatos no interior do partido. É verdade que mesmo com surgimento de novos partidos o (PAIGC), continuou a ter o maior apoio populacional e maior força governamental, mas não é menos verdade dizer que o PAIGC também tem dificuldades em concretizar os seus programas governamentais.

A prova disso foi na primeira eleição em 1994, o (PAIGC), liderado Vieira apesar do seu fracasso governamental conseguiu conquistar os leitorados guineenses, pois, entre “(64 dos seus deputados), 32 é da origem camponesa” e isso não é surpresa, pois, “a militância do partido é majoritariamente da zona rural”, e isso é o fruto da “recrutação de militância na época de guerra da libertação” que teve o seu início naquelas regiões, e era esperado os deputados eleitos por partido naquelas regiões representassem a sua militância, mas aconteceu ao contrário, porque os deputados não são da zona rural como era esperado por parte da militância (JAUARA, 2005).

Talvés muitos se pense que a mudança de sistema, quer dizer de Monopartidário para Multipartidário, pode trazer mudanças significativas para o partido, mas não foi capaz de fazer acontecer as transformações. De acordo com Semedo (2009, p. 92), “[...] essa transformação, que se pensava ser uma oportunidade para o partido se abrir internamente, não foi suficiente para eliminar as velhas contradições de lutas pelo poder e recursos a meios violentos de conquista prevaleceram”.

Com base nisso, compreendemos que o incumprimento na representação de militância abriu a porta para novos problemas, pois, existe um “avanço da oposição” muito significativo, além disso, também a “[...] apropriação da estrutura do partido pelos “novos ricos” (JAUARA, 2005, p. 135), em que os benefícios dentro do partido só recaem para aqueles ricos.

Assim sendo, o partido liderado por Vieira passou a viver num ambiente ainda mais conturbado, pois a sua política não estava a favorecer os antigos militantes que foram deixados de lado pela consciência da política de minoria adoptada pelo partido (*idem*, 2005). Ainda sobre este cenário confira abaixo a forma como os mesmos foram abandonados na fala do autor.

Sem assistência e nem créditos para cultivo de seus arrozais, eles se sentiram preteridos na estrutura do poder, razão pela qual a maioria desses antigos combatentes aposentados compulsoriamente aderiu à Junta Militar, no conflito deflagrado entre os militares rebeldes contra o governo Nino Vieira em 1998 (JAUARA, 2005, p. 135).

Importa salientar que, além do conflito militar de 98 protagoniza por Nino Vieira e Ansumane Mané ambos do mesmo PAIGC há outros conflitos no interior do partido que são: “[...] conflitos de cunho étnico, os conflitos ideológicos entre a ala moderna do PAIGC e a ala de linha dura” (TEIXEIRA, 2008, p. 23). Nestes dois um definiam a reforma interna no partido e outro “[...] definiram uma política conservador em defesa de seus interesses e privilégios herdados da luta armada” (*idem*, 2008, p. 23).

Ao analisar este assunto, o autor observa que, crise política no “[...] interior do PAIGC, quanto a forma de governar o país e a divisão do poder” (*ibidem*, 2008, P. 23), é o fato que permitiu surgimento de umas novas organizações partidárias cujo objetivo, acabar com regime autoritário a favor da abertura do multipartidarismo nos anos finais da década de 80 ao qual surgiu mais de 14 formações partidárias nos primórdios de 91 (SEMEDO, 2009, TEIXEIRA, 2008).

Posto isto, de acordo com relatos de Jauara (2005), nas eleições de 1999, houve uma redução das cadeiras no parlamento por parte do (PAIGC) dos 64 deputados nas eleições de 1994 para 24 deputados nas eleições de 1999, partido nesta época perdeu a sua credibilidade populacional, logo após do fim da “guerra civil de 1998” foram realizadas as eleições gerais onde o partido da Renovação Social (PRS) saiu como vencedor.

Vale lembrar que nesta época Vieira deixou o partido para o “exílio em Portugal”, mas “O partido não conseguiu desvincular a sua imagem da fracassada administração de Nino Vieira” (JAUARA, 2005, p. 136). Fato que obrigou o partido a ir a um novo congresso e neste congresso “Camarada Binante” saiu como vencedor, mas o que aconteceu já havia acontecido na administração falhada de Vieira (ibidem, 2005).

Dá-se a entender que umas das sucessivas (conflitos) do PAIGC está vinculada a manutenção de poder. A ambição do poder tinha uma dimensão simbólica que demonstrava indispensável nas sucessivas crises do PAIGC, este fato é causado por aquilo que podemos dizer de “elitização” ignorando a realidade, a capacidade das sujeitas coletivas e não só também conflitos de cunho étnicos e dentre outros.

## **8. METODOLOGIA:**

Trata-se de um trabalho de carácter exploratório com um procedimento qualitativo. Aliada a pesquisa exploratória, utilizamos como técnicas auxiliares, a revisão bibliográfica e a análise documental das resoluções, pesquisa documental das decisões tomadas pelo comité central, ou pela direção maior.

Optamos pela abordagem qualitativa como método de aprendizado, pois, irá nos ajudar a contextualizar as informações ao longo dessa caminhada. O método qualitativo para Gerhardt e Silveira (2009), é o método que se preocupa com as questões da realidade social. Portanto, podemos pensar a abordagem qualitativa como sendo um procedimento que não se apoia nos dados estatísticos, mas sim qualitativos.

Importa frisar que, a revisão bibliográfica será feita nos repositórios digitais de modo particular o da UNILAB e dos textos acerca do assunto disponíveis nos portais google acadêmico, academia Edu, bem como a pesquisa documental.

A pesquisa de campo será realizada em Guiné-Bissau, especificamente na Capital Bissau na sede do mesmo Partido. Por outro lado, por causa do contexto causado pela pandemia do Covid-19, poderemos utilizar por meios das entrevistas semiestruturadas através das redes sociais que são elas: *Facebook, Messenger, WhatsApp*, e-mail e dentre outros.

Entendemos que a entrevista semiestruturada, é o método mais adequado para realização desse trabalho, pois trata-se de um processo de coleta das informações baseada nos questionários. Segundo Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “[...] tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Por outro lado, (MANZINI, 1990/1991, p. 154 *apud* MANZINI, 2004, p. 2), afirma que, “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Para elaborar o trabalho, consultamos autores e obras que versam acerca da metodologia de pesquisa nas ciências sociais. Sendo assim, consideramos de fundamental as reflexões de Richardson (1999) acerca da pesquisa social e de Quivy e Compenhoudt (1992), pois, nos permitiu organizar o nosso problema da pesquisa, objetivos, justificativas e hipóteses. No levantamento bibliográfico e desenvolvimento da temática ora em análise, trabalhamos com diversos autores, dentre os quais destacamos Gomes (2010), Teixeira (2008), Monteiro (2013), Amado (2005), Cabral (1974), Jauara (2005), Semedo (2009) e entre outros.

## **9. HIPÓTESES**

Partimos de hipótese que, as causas das sucessivas crises políticas do (PAIGC), no período pós-independência estão vinculadas a má administração do partido, ausência de uma cultura democrática dos dirigentes, clivagem entre as classes dentro do partido e a luta pela perpetuação no poder dos mesmos.

Sendo assim, compreendemos que a má administração do partido que faz nascer as desigualdades étnicas, ou seja, as lutas internas que faz nascer essas desigualdades. Como as crises internas, organizacionais provocam os problemas e fissuras no partido, essa racha dentro do partido é provocado por crise da direção, ou seja, crise da dimensão interna organizacional no caso do PAIGC com Madem-G15, os líderes do PAIGC tinha a impressão que os 15 dos seus deputados que foram expulsos que atualmente formam Madem-G15 o segundo maior partido da oposição tenha traído o partido, após de não ter votado contra o programa do mesmo no parlamento e que não havia outros caminhos senão a suspensão.

Desde a sua formação enquanto movimento nacionalista e independentista, bem como durante a luta armada que, o PAIGC enfrenta problemas internos ligados a conflitos entre tradição e modernidade, fato que obrigou a convocação do primeiro congresso denominado “Congresso de Cassacá” em 1964 no Sul do país, e neste congresso foram definidos alguns

princípios com a intenção de acabar com conflitos internas no interior do partido. Apesar do esforço feito, o PAIGC não conseguiu se livrar dos conflitos, das clivagens e dentre outros no seu interior desde os primeiros tempos da sua fundação até aos dias atuais.

Convém lembrar que o PAIGC é um partido democrático, mas continuam a ser dominado por ideias “militarizadas” disfarçadas da verdade no qual as vozes dos mesmos continuam a minar os princípios democráticos dentro do partido. Nos bastidores dos diferentes setores administrativos do partido o discurso de “sou filho de antigo combatente, preciso de gozar deste estatuto” ainda continua vivo, posto isto, é quase impossível funcionar o centralismo democrático nesta situação.

A ausência de uma verdadeira democracia, a ânsia em se perpetuar no poder, o surgimento de grupos rivais e clivagem político-pessoais têm sido as causas das sucessivas crises do partido. Desse modo, podemos notar que existe uma ausência de respeito pelos princípios democráticos e de diálogo dentro do Partido, que impedem a progressão e cumprimento de seu programa político.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início deste trabalho problematizamos o seguinte: quais os fatores que contribuem para crises políticas no PAIGC no período pós-independência?

A literatura mostrou que as crises políticas do PAIGC se devem à questão da desigualdade, para além, das lutas entre as etnias para o poder. Outro fator que contribui para as sucessivas crises no interior do partido é a questão da luta entre a modernidade e o conservadorismo de privilégio da luta. Um dos grandes problemas neste cenário é que os dirigentes atuais do PAIGC se desvincularam das ideologias do Cabral e implementaram uma nova ordem política, onde os princípios democráticos, da igualdade e dentre outros deixaram de existir.

Apesar de ter dados que mostra as causas de crises no interior do PAIGC, mas parece não ser isso, pois, na década de 80 o Partido foi remodelado com intuito de acabar com as desigualdades entre o grupo dos guineenses e dos cabo-verdianos dentro do Partido, mas parece que essa remodelação mudou pouca coisa, porém, não conseguiu terminar com as desigualdades, lutas entre etnias pelo menos até nos meados de 98. Apesar de que a literatura reconhece que existem problemas e apontou a origem destes problemas no interior do Partido, mas até então não conseguiu citar bem as causas das sucessivas crises no PAIGC, embora as causas que foram apontadas pelo mesmo podem ser consideradas como algumas das causas de crises.

Posto isto, consideramos deste modo que, os fatores das crises políticas do PAIGC se devem à má administração do Partido. Desde os tempos iniciais da sua fundação o PAIGC tem sido aquele Partido da Luta. O Partido lutou contra os exploradores portugueses, assim como, lutas entre diferentes classes no seu interior para perpetuação no poder, fato que acabou por pôr um fim a ideia da unidade binacional. Apesar de conquistar a independência para os povos de dois países que era um dos objetivos da luta, o PAIGC não conseguiu fazer valer o espírito da irmandade entre os seus dirigentes.

## REFERÊNCIA

- ABADIA, Danúbia Mendes. A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 113-125, 2016.
- AMADO, Leopoldo. Guiné Bissau, 30 anos de independência. **Africana Studia: revista internacional de estudos africanos**, n. 8, p. 109-135, 2005.
- AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 11-32, 2013.
- BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. [Guia Turístico] à Descoberta da Guiné- Bissau. Disponível em: [http://www.consulmarbissau.com/sites/default/files/files/guia\\_turistico\\_guine-bissau\\_acl2018\\_pt\\_web.pdf](http://www.consulmarbissau.com/sites/default/files/files/guia_turistico_guine-bissau_acl2018_pt_web.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021.
- CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do partido**. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- CATEIA, Júlio Vicente; CASTELLANO DA SILVA, Igor, ROHENKOHL, Júlio. A mudança Estrutural na Guiné-Bissau. **Rev. Text. Econ. Florianópolis**, v. 21 n. 1, p. 97- 124, dez/mar. 2018 ISSN 2175-8085.
- COLONIA, Fernando. **O marxismo-socialismo como ideologia política do PAIGC nos períodos de luta armada e pós-independência na Guiné-Bissau (1956-1980)**. 2020, P. 1-26. Tese (monografia)- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Programa de Graduação em Ciências Sociais, Bahia. 2020.
- DUVERGER, Maurice, **os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.
- GERHART, Engel Tatiana e SILVEIRA, Tolfo Denise. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, Ailton; CABI, Lucas Augusto. CAPÍTULO 13: **O sistema administrativo-educacional-colonial da Guiné-Bissau e seus efeitos na atual conjuntura política**. In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. *Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas*. 1a Edição Porto Alegre: Editora, Rede Unida, 2021. P. 220-235.
- GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. Torino: Editora © L’Harmattan Italia srl. 2010.
- JACINTO DUMAS TEIXEIRA, Ricardino. **Sociedade civil e democratização na Guiné Bissau, 1994-2006**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- JAUARA, Manuel. Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau, África. **Revista do Centro de Estudos Africanos**, USP, São Paulo, 24-25-26: 119-145, 2002/2003/2004/2005

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, v. 2, p. 10, 2004.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**: editora Universidade de Brasília, 1914.

MONTEIRO, Artemisa, Odila Cande. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de pós-graduação em ciências sociais. Salvador. 2013.

MUNIZ, Carmen Valéria Soares. **Estudo sumário da origem e evolução dos partidos políticos brasileiros**. Revista de Ciência Política, v. 31, n. 4, p. 45-59, 1988.

PRESTES, Anita Leocadia. **Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares**. Revista de História Comparada, v. 4, n. 2, p. 6-18, 2010.

ROBELLO, Maurício Michel. **Os partidos políticos: uma evolução de tipologias sob novos contextos**. III Seminário Internacional de Ciências Sociais- Ciência Políticas. Universidade Federal do Pampa Campus São Borja (RS), Brasil. 2014

SANTANO, Ana Cláudia. Os partidos políticos. **Paraná Eleitoral**, v. 62, p. 15-32, 2011.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990)**. Universidade Federal de São Carlos Centro da Educação e Ciências Humanas: São Carlos- SP, 2009.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**: Editora ISEG-CEsA/CSG, Lisboa, 2021.

SILVA, Flaviano Fernandes da. **Instituições políticas no semipresidencialismo: uma análise a partir da constituição da Guiné-Bissau e de Cabo Verde**. Tese (doutorado)- Universidade Federal do Paraná, setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/63820>. Acesso em: 13 abril. 2021.

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9/10, p. 142-167, 2006.

FILHO, Wilson Trajano. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 913-943, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TCHAU-TSI, Liu. **A luta interna no partido**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória. 1952.

VIANA, Nivaldo. **O que são partidos políticos?** Goiânia: Edições Germinal, 2003.